

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questões**

**01 a 40**

**PROVA SUBJETIVA (REDAÇÃO EM CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)**



**ATENÇÃO:** transcreva no espaço apropriado da sua FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a frase a seguir:

**Tem-se uma relíquia numa apreciável educação de uma criança.**

### ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

1. Verifique se este caderno de provas, com um total de 40 (quarenta) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 40 e uma prova subjetiva (redação).
2. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.

### AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

3. Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
4. Assine com CANETA no espaço indicado.

### AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

5. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



6. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
7. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

### AO TERMINAR AS PROVAS:

8. Você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS.
9. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

O candidato deverá, ao terminar, entregar ao Aplicador de Prova a Folha de Respostas, a Folha de Texto Definitivo e o Caderno de Prova, não sendo permitido ao candidato, em hipótese alguma, levar os mesmos. Somente a Folha de **Rascunho** poderá ser levada para posterior conferência.

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Duração total destas provas**

**QUATRO HORAS**

**QUESTÃO 01**

Assinale a alternativa **CORRETA**.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se:

- (A) criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (B) criança, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- (C) criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade.
- (D) criança, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e vinte e um anos de idade.

**QUESTÃO 02**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende:

- (A) precedência de atendimento em hospitais.
- (B) preferência na execução das políticas sociais públicas.
- (C) preferência em filas de supermercados e instituições financeiras.
- (D) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**QUESTÃO 03**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, de tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Analise os itens a seguir.

- I. Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico.
- II. Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em lesão.
- III. Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que a(o) humilhe ou a(o) ridicularize.
- IV. Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que a(o) ameace gravemente.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 04**

Assinale a alternativa **CORRETA**.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, de tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso, a(s) seguinte(s) medida(s):

- (A) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; medida aplicada exclusivamente pelo Juiz.
- (B) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; medida que pode ser aplicada pelo Conselho Tutelar.
- (C) encaminhamento a cursos ou programas de orientação; medida aplicada exclusivamente pelo Promotor.
- (D) advertência aplicada apenas pelo Juiz ou pelo Promotor.

**QUESTÃO 05**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de dez membros, escolhidos pela população local para mandato de três anos, permitida duas reconduções, mediante novo processo de escolha.
- (B) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de quinze membros, escolhidos pela população local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução, independente de novo processo de escolha.
- (C) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (D) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de seis membros, escolhidos pela população local para mandato de três anos, sem possibilidade de recondução.

**QUESTÃO 06**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial e a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (B) O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei federal e realizado sob a responsabilidade do Ministério Público, em data unificada em todo o território nacional a cada 3 (três) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- (C) O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei federal e realizado sob a fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 01 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (D) O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei estadual e realizado sob a responsabilidade do Ministério Público e fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem, ressalvados brindes de pequeno valor.

**QUESTÃO 07**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), são atribuições do Conselho Tutelar:

- (A) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de ameaça ou violação a direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) aplicar e acompanhar o acolhimento institucional ou o acolhimento familiar quando a criança ou adolescente se encontrar em situação de risco.
- (C) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- (D) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

**QUESTÃO 08**

Analise os itens a seguir. São atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- I. Expedir notificações e requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- II. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
- III. Representar o Ministério Público para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

- IV. Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 09**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Não são impedidos de servir no mesmo Conselho tutelar, o sogro e genro ou nora, bem como os cunhados, durante o cunhadio.
- (B) Não é impedido de servir no Conselho tutelar, o sobrinho do Juiz com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.
- (C) Não é impedido de servir no Conselho tutelar, o irmão do Promotor com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.
- (D) Não é impedido de servir no Conselho tutelar, o primo do Juiz ou do Promotor com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

**QUESTÃO 10**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, na qual conste, necessariamente, resumo dos fatos. E, havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- (B) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, na qual conste, necessariamente, resumo dos fatos. E, havendo motivo grave, poderá o Ministério Público, ouvido o Conselho Tutelar, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- (C) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria do Ministério Público, ouvido o Conselho Tutelar, na qual conste, necessariamente, resumo dos fatos. E, havendo motivo grave, poderá o Ministério Público ou o Conselho Tutelar, ouvida a autoridade judiciária, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- (D) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante representação da autoridade judiciária ou portaria do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, na qual conste, necessariamente, resumo dos fatos. E, havendo motivo grave, poderá o Conselho Tutelar, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

**QUESTÃO 11**

Assinale a alternativa **CORRETA**.

O ato de impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas funções estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é tipificada como crime apenado com:

- (A) detenção de dois a cinco anos
- (B) detenção de seis meses a dois anos
- (C) multa de cinquenta salários mínimos
- (D) reclusão de um a três anos

**QUESTÃO 12**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera como crime, **EXCETO**:

- (A) o ato de descumprir dolosa ou culposamente determinação da autoridade judiciária.
- (B) o ato de descumprir dolosa ou culposamente determinação do Conselho Tutelar.
- (C) o ato de descumprir dolosamente as notificações e chamados emitidos pelo Ministério Público.
- (D) o ato de descumprir dolosa ou culposamente os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda.

**QUESTÃO 13**

Analisar os itens a seguir. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são ações tipificadas como crime.

- I. Servir ou entregar bebida alcoólica à criança ou à(ao) adolescente.
- II. Servir ou ministrar, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica à criança ou à(ao) adolescente.
- III. Vender ou fornecer, ainda que gratuitamente, bebida alcoólica à criança ou à(ao) adolescente.
- IV. Vender ou fornecer, ainda que gratuitamente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica à criança ou à(ao) adolescente.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 14**

Das medidas pertinentes aos pais ou responsável estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, **EXCETO**:

- (A) a inclusão do(s) pai(s) ou responsável em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (B) o encaminhamento do(s) pai(s) ou responsável a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (C) a perda da guarda e a suspensão do poder familiar.
- (D) a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

**QUESTÃO 15**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa **CORRETA**

- (A) O acolhimento familiar é medida definitiva, utilizável como forma de transição para a família adotiva, não implicando privação de liberdade.
- (B) Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência do Ministério Público ou do Conselho Tutelar e importará na deflagração de procedimento judicial contencioso.
- (C) O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.
- (D) Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pelo Ministério Público, depois de ouvido o Conselho Tutelar.

**QUESTÃO 16**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa **CORRETA**

- (A) As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pela autoridade judiciária, pelo Ministério Público e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- (B) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- (C) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pelo Ministério Público, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- (D) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

**QUESTÃO 17**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, dentre outros:

- (A) valorização do profissional da educação escolar.
- (B) respeito às decisões do professor e às repreensões docentes e institucionais.
- (C) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; e respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- (D) coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

**QUESTÃO 18**

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), analise os itens a seguir.

- I. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.
- II. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União: recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; fazê-los a chamada pública; zelar junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- III. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino fundamental obrigatório, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.
- IV. Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 19**

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.
- (B) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores e maiores, a partir dos cinco anos de idade, no ensino fundamental.
- (C) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos filhos, no ensino superior e acompanhar sua frequência.
- (D) É dever das instituições públicas e privadas em colaboração com os municípios, efetuar a matrícula de crianças, se não realizadas pelos pais ou responsáveis, a partir dos dez anos de idade.

**QUESTÃO 20**

Assinale a alternativa **CORRETA**.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), na organização da educação nacional, cabe aos Municípios dentre outras incumbências:

- (A) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal.
- (C) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- (D) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio e superior.

**QUESTÃO 21**

Assinale a alternativa **CORRETA**.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB), a educação infantil será oferecida em:

- (A) creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.
- (B) creches ou entidades equivalentes para crianças a partir de dois anos de idade e em pré-escolas, para as crianças a partir de cinco anos de idade.
- (C) creches ou entidades equivalentes para crianças de até cinco anos de idade e em pré-escolas, para as crianças a partir de seis anos de idade.
- (D) creches ou entidades equivalentes para crianças a partir de dois até quatro anos incompletos de idade, em pré-escolas, para as crianças a partir de quatro até sete anos incompletos de idade e em escolas de ensino fundamental para crianças a partir de sete anos de idade.

**QUESTÃO 22**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), a educação básica compreende:

- (A) a educação infantil
- (B) o ensino fundamental
- (C) o ensino médio
- (D) o ensino superior

**QUESTÃO 23**

São princípios que regem a assistência social, contidos na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), **EXCETO**:

- (A) supremacia das exigências de rentabilidade econômica.
- (B) universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- (C) respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- (D) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

**QUESTÃO 24**

Analise os itens a seguir.

A Lei nº 8.742/1993 (LOAS) traça como um dos objetivos da assistência social a proteção, que visa a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- II. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.
- III. a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- IV. a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 25**

Sobre os programas de assistência social, previstos na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), analise os itens a seguir.

- I. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) integra o que se denomina de proteção individual especial.
- II. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
- III. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que integra a proteção individual básica.
- IV. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
- (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I e III estão corretos.
- (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

**QUESTÃO 26**

Sobre os serviços socioassistenciais previstos na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Entende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na LOAS.
- (B) Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.
- (C) Não poderão ser beneficiados pelos serviços socioassistenciais os adolescentes que sejam reincidentes em ato infracional.
- (D) Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua.

**QUESTÃO 27**

Sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), definido na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social que, no âmbito do SUAS compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.
- (B) O PETI tem abrangência local e será desenvolvido exclusivamente pelo município com a participação da sociedade civil da região.
- (C) O PETI tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- (D) As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.

**QUESTÃO 28**

Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), contido na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), analise os itens a seguir.

- I. O benefício é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- II. Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Para efeito de concessão deste benefício, considera-se como família, aquela composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros ou casados, os filhos e enteados solteiros ou casados e os menores tutelados, ainda que não convivam sob o mesmo teto.
- IV. O BPC poderá, em qualquer caso, ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
- (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I e III estão corretos.
- (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

**QUESTÃO 29**

Considerando as normas estabelecidas na Lei nº 8.080/1990 (SUS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- (B) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- (C) Como a saúde é um dever do Estado, a participação deste, exclui o dever das pessoas e da família.
- (D) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

**QUESTÃO 30**

Considerando as normas estabelecidas na Lei nº 8.080/1990 (SUS), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) Não se consideram afins à área da saúde as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.
- (C) Não estão incluídas no Sistema Único de Saúde (SUS) as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados.
- (D) As clínicas e hospitais particulares, bem como toda e qualquer iniciativa privada da área da saúde, não participam e estão excluídos do Sistema Único de Saúde (SUS).

**QUESTÃO 31**

Analisar os itens a seguir. Quanto ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com a Lei nº 8.080/1990, está(ão) incluída(s):

- I. A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- II. A vigilância nutricional e a orientação alimentar.
- III. A colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o campo do trabalho.
- IV. A fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 32**

Analisar os itens a seguir. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, são princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS).

- I. Destinação do acesso aos serviços de saúde somente às pessoas carentes.
- II. Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- III. Direito à informação às pessoas assistidas sobre sua saúde.
- IV. Participação da comunidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 33**

Analisar os itens a seguir. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são atribuições comuns entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

- I. Definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e fiscalização das ações e serviços de saúde.
- II. Administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde.
- III. Acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais.
- IV. Controle e fiscalização dos procedimentos dos serviços privados de saúde.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 34**

Considerando as normas estabelecidas na Lei nº 8.080/1990 (SUS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena integra o Sistema Único de Saúde – SUS.
- (B) Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- (C) O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo para isso ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS, nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.
- (D) Os municípios não podem atuar no custeio e nas execuções das ações, que se destinam à saúde indígena.

**QUESTÃO 35**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é pautada, dentre outros, nos seguintes objetivos:

- (A) centralização na União, das ações e custeios de todos os entes federativos.
- (B) integração a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma da lei.
- (C) implementação da gestão do trabalho e educação permanente na assistência social.
- (D) estabelecimento da gestão integrada de serviços e benefícios.

**QUESTÃO 36**

De acordo com a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As ações ofertadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.
- (B) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela lei.
- (C) A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério da Fazenda.
- (D) Um dos objetivos da gestão das ações na área de assistência social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

**QUESTÃO 37**

Considerando a organização da proteção da assistência social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), analise os itens a seguir.

- I. Proteção social especial é o conjunto orçamentário que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos de vizinhança.
- II. Proteção social básica é conjunto orçamentário que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos penais.
- III. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social, que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.
- IV. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

**QUESTÃO 38**

Considerando as proteções sociais integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecido na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), analise os itens a seguir.

- I. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social definidas em lei.
- II. O CREAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais em todo território nacional e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
- III. O CRAS é a unidade pública de abrangência e gestão do município, estado, território e União, destinada à prestação de serviços exclusivos a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
- IV. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.

**QUESTÃO 39**

De acordo com a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), são instâncias deliberativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), **EXCETO**:

- (A) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- (B) Conselhos Estaduais de Assistência Social.
- (C) Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
- (D) Conselhos Municipais de Assistência Social.

**QUESTÃO 40**

De acordo com a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), sobre os Conselhos de Assistência Social que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Nos Conselhos de Assistência social deve ser assegurada a composição paritária entre governo e sociedade.
- (B) Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social.
- (C) O órgão gestor de assistência social deverá proporcionar aos Conselhos de Assistência Social recursos materiais, humanos e financeiros.
- (D) O órgão gestor de assistência social não se responsabiliza pelas despesas com diárias e passagens dos conselheiros representantes da sociedade civil e convidados.



Leia a notícia:

## **Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes em Palmas crescem 162% de 2011 para 2013.**

Há três anos foram registrados 119 casos e, no ano passado, 310; entidades de proteção dizem que falta investimento em políticas públicas.

*Rayssa Pajeú*

O índice de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Estado cresceu assustadoramente nos últimos anos. De acordo com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone (Cedeca/TO), os registros no disque 100 (Disque Direitos Humanos – Disque Denúncia Nacional) e nos Conselhos Tutelares representam um número expressivo. Segundo dados divulgados no Mapa da Violência do Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a Capital registrou em 2011, 119 casos de violência sexual contra menores, já em 2013 foram 310 registros de abuso e exploração sexual, o que significa um aumento de 162,1%.

A idade das crianças em que os abusos são mais comuns é de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos; a maioria dos casos é contra meninas, porém, os meninos também são vítimas. Para o Cedeca/TO, a violência estrutural (desigualdade social) pode ser considerada a maior responsável pelas violações. A instituição afirma que culpar as famílias pela violência é negar a ausência do Estado no exercício de sua função.

Conforme o Mapa da Violência de Crianças e Adolescentes de Palmas, divulgado nesta quarta-feira, 10, os conselhos tutelares de Palmas registraram 1.758 casos de violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Dentre as violações estão ameaças, negligência, maus-tratos, abandono, crueldade e infrações. O estudo foi produzido com base no Relatório Anual de Atendimento do Conselho Tutelar da Capital, Palmas e compreende os atendimentos do ano de 2013.

Nas denúncias de violência sexual, foram registrados 87 casos de abuso, 61 de estupro e 31 aliciamentos. Sobre violência psicológica, o mapa registra 20 ocorrências de tortura, 6 humilhações públicas ou privadas e 4 ameaças de morte.

Sobre violência física, foram registrados 116 casos, entre surras, espancamentos e queimaduras, 21 agressões com objetos contundentes e 5 torturas.

Na área de exploração, são 39 ocorrências de trabalho infanto-juvenil, 29 de exploração sexual (prostituição), 25 de trabalho infanto-juvenil doméstico, 14 por tráfico de drogas.

Em se tratando de negligências, são 744 casos, 126 maus tratos, 23 casos de abandono intelectual e 5 de crueldade.

A entidade recomenda que todos os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar, que deve aplicar as medidas de proteção para atender as vítimas de violência. Também deve ser procurada a Delegacia de Polícia, para que sejam tomadas as providências necessárias contra os autores. Segundo o Cedeca/TO, é fundamental que a criança e a família que sofreram a violência sejam encaminhadas para o atendimento especializado.

Fonte: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2014/09/10/63582-violencia-e-exploracao-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-palmas-crescem-162-de-2011-para-2013>

Notícia publicada em: 10/09/2014. Data de acesso: 26/05/2015. (Adaptado)

De acordo com a notícia veiculada na internet e descrita nesta prova de redação, a mencionada “entidade recomenda que todos os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar”. A partir das atribuições do Conselho Tutelar, disserte sobre as medidas de proteção e as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis que poderão ser aplicadas por este órgão, em caso de violação dos direitos das crianças e adolescentes.

<b>TÍTULO:</b>	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	